

## ***INSTALAÇÃO DA COMISSÃO DE ALTOS ESTUDOS DA JUSTIÇA FEDERAL\****

---

**NILSON VITAL NAVES**

*Ministro Presidente do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal*

Sr. Ministro Cesar Rocha, Coordenador-Geral da Justiça Federal e Diretor do Centro de Estudos Judiciários; Sr. Álvaro Augusto Ribeiro Costa, Advogado-Geral da União; Sr. Márcio Thomaz Bastos, Ministro de Estado da Justiça; Srs. Ministros do Superior Tribunal de Justiça; Srs. Juízes de 1º e 2º grau da Justiça Federal, minhas senhoras e meus senhores, em nome da Presidência do Superior Tribunal de Justiça e de seus membros, em nome da Presidência do Conselho da Justiça Federal e de seus conselheiros, em nome dos membros da Justiça Federal de 1º e 2º grau e, creio, em nome de todos os presentes, quero exprimir nossos sentimentos de honra e de alegria por tê-los conosco em momento tão auspicioso e significativo para todos quantos se preocupam, como nós, com as coisas do Direito, com a organização e o funcionamento do Poder Judiciário, enfim, para quantos querem que vivamos em perfeito Estado democrático de direito. É com muito prazer, portanto, que declaro instalada a Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal.

Com essa visão, o Conselho da Justiça Federal, a par de suas atividades de órgão central de um sistema, de sua função fiscalizadora (diz a lei: exercer a supervisão orçamentária e administrativa), vem-se apresentando, por meio de seu Centro de Estudos Judiciários, a cargo do Coordenador-Geral, como profícuo e excelente fórum das grandes causas. Palco de acontecimentos de cunho também internacional, por aqui – igualmente pelo auditório do Superior Tribunal – têm desfilado temas de interesse não só para o aprimoramento da cultura jurídica, mas, de igual

---

\* Palavras proferidas na abertura da instalação da Comissão, CJF, 4/2/03.



maneira, para o aprimoramento de nossas outras instituições. No ano passado, por exemplo, cuidamos da bioética, da água, do combate à tortura, da pirataria, do Código Civil; para este ano, já contamos com nova pauta, deveras promissora, organizada pelo Coordenador-Geral. Não restam dúvidas, Sr. Ministro, de que aqui combatemos os bons combates e, ao fazê-lo, guardamos a fé e a esperança no melhoramento de nossa Justiça.

É com sobejas razões, portanto, que, por onde andamos, eu e meus colegas, talvez eu um pouco mais, em função de minhas intransigências, não cansamos de pregar que os legisladores brasileiros foram felizes quando resolveram criar o Superior Tribunal e o Conselho da Justiça Federal. Aquele foi um momento de grande inspiração, de paz com eles mesmos e com as boas idéias.

Feliz e proveitosa foi a concepção, mas ambas as instituições, é bem verdade, necessitam de alguns reparos, de alguns acertos. Impõe-se avivemos rumos e delimitemos competências, as quais estão se batendo em torno da norma infraconstitucional. É urgente a tarefa!

Veja-se, por exemplo, a situação do Superior Tribunal. Ontem, na abertura dos trabalhos do ano judiciário, lembrei que a Corte que tenho a honra de dirigir, com menos de quatorze anos, já julgou mais de um milhão de processos, o que é inacreditável.

Acerca do abarrotamento de feitos, já falava Carlos Maximiliano. Em 1918, na primeira edição de seu livro, dizia ele que o Supremo já não estava dando conta de seus processos. No mesmo ano, quantos processos o Supremo recebia? Menos de cinquenta. Só no ano passado, o Superior Tribunal recebeu 206 mil processos. Tal fato nos preocupa? Sim, mas o que nos preocupa mais é o chamado quarto grau de jurisdição. É a ele que devemos dar término, esse quarto grau inexplicável.

Como disse, este momento é auspicioso e significativo; estamos instalando a Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal e pretendemos, segundo o nosso intuito e o objetivo principal do Coordenador-Geral, Ministro Cesar Rocha, colher elementos sobre temas de grande relevância que colocaremos nas mãos dos legisladores.

Quero consignar, ao concluir, a presença do Sr. Ministro Edson Vidigal, Vice-Presidente, e do Sr. Ministro Carlos Mário Velloso, pessoa muito ligada a nós: foi Juiz Federal, membro do Tribunal Federal de Recursos e do Superior Tribunal de Justiça e, agora, do Supremo Tribunal Federal. É um prazer tê-los conosco.

Senhores, já fui além do que me propus, uma vez que o orador do evento é o Coordenador-Geral, Ministro Cesar Rocha, a quem, se me permitem, passo a palavra.

Muito obrigado.